

1 INTRODUÇÃO

A opção pela pesquisa sobre as trajetórias das mulheres que atuam no campo científico na área da educação superior, em docência e pesquisa deve-se à busca de um conhecimento que traga à luz o percurso das cientistas e atribua visibilidade a sua trajetória, especialmente às cientistas pertencentes ao quadro da UFMS, considerando a relevância desta instituição de ensino e pesquisa na região e no Estado e tendo em vista a fidúcia e as expectativas geradas pela academia, as quais podem relacionar-se “com o ideal de imparcialidade e meritocracia do meio acadêmico e científico” (SILVA, 2015, p. 28) em oposição à concretude dos *tetos de vidro* que surgem enquanto obstáculos para a carreira científica feminina.

A forma com que as mulheres constroem suas carreiras não pode diluir-se às trajetórias masculinas, pois sua socialização e a obrigatoriedade da conciliação entre a carreira e o lar, acarreta em esforços díspares e inabdicáveis que não são devidamente problematizados, pois já se encontram naturalizados.

A percepção e avaliação dos modos com que as instituições incentivam- ou não- que as meninas tenham seu interesse despertado para o prosseguimento dos estudos e para a produção de conhecimento científico, tem recebido maior atenção de organizações intergovernamentais, como a maior delas, a Organização das Nações Unidas (ONU), pois segundo a publicação “Meninas na escola, mulheres na ciência: Ferramentas para professores da educação básica” do *British Council*, em parceria com o Museu do Amanhã (BRITISH COUNCIL, 2020, p. 17):

(...) o Fundo de População da ONU (UNFPA, sigla em inglês) afirmou em relatório, em 2016, que o cumprimento da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estava **diretamente relacionado** ao apoio oferecido a cerca de 60 milhões de meninas no mundo, naquele momento com 10 anos de idade e que em breve iniciariam sua passagem da adolescência para a vida adulta (grifo nosso).

É mister reconhecer, ainda segundo a mesma publicação, que a contribuição feminina nas ciências remete à necessidade da diversidade de perspectivas e de repertórios empregados na resolução de problemas das quais uma nação necessita para desenvolver-se, amplificando as perspectivas para se chegar a resoluções e inovações que possam favorecer

¹ O termo *teto de vidro* foi usado pela primeira vez em 1978 por Marilyn Loden e refere-se às barreiras invisíveis enfrentadas pelas mulheres para crescer na carreira, que são culturais e não pessoais, ou seja, não têm relação com aspectos relacionados à qualificação ou à competência, mas com fatores socioculturais associados ao gênero.

uma sociedade e, para tanto, é necessário investigar e dar visibilidade aos modos como se constroem exitosamente as carreiras femininas na ciência, para então possivelmente traçar mecanismos de mais efetivamente suscitá-las.

Assim, na investigação que alicerça o presente artigo, tem como objetivo realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa sobre as educadoras que compõem a história da UFMS, de modo que se apreenda como se estabeleceram seus *habitus* e se constituíram seus capitais, especialmente em sua formação enquanto mulheres cientistas em relação ao campo - a UFMS- e se este tem empreendido ações para promover a equidade de gêneros.

Considerando os aspectos múltiplos que desestimulam a carreira científica feminina, a compreensão das variáveis presentes nas trajetórias destas mulheres que obtiveram êxito na referida carreira, pode contribuir para que os determinantes que incidem sobre elas, afastando-as do interesse científico, sejam desvelados.

As relações de gênero que se estabelecem no dia-a-dia das universidades, são compostas por relações de poder que estabelecem identidades e diferenças. Desta forma, reafirma-se a necessidade de discutir de que modo as identidades são constituídas, desde o *habitus* primário, assim como nas práticas sociais, desvelando a dinâmica que propicia a produção da diferença que exclui *o outro*, distoante do parâmetro, pois toma-se como padrão o sujeito colocado em condição de dominância, no caso das hierarquias de sexo/gênero, o homem.

Para Bourdieu (1983a), não existe ciência neutra, estéril, isenta de interesses que se encerre em si mesma, pois o conhecimento científico, assim como o fazer científico são pautados em um modelo androcêntrico de ciência o qual conduz aos interesses e aos repertórios comportamentais aceitáveis naquele campo.

Assim, as disputas que ocorrem no campo científico caracterizam-se por suas marcas de gênero, vista a expectativa de uma performance de feminilidade por parte das mulheres, a partir da qual são impostos padrões de comportamento relacionados à docilidade e a afabilidade, pois, de acordo com Silva et al (2014), nossa sociedade está definida em dualismos: razão/emoção, ativo/passivo, pensamento/sentimento, objetivo/subjetivo, público/privado, mente/corpo, sujeito/objeto, cultura/natureza etc.

Tais pares ambivalentes são sexualizados, uma vez que o primeiro elemento do par é associado ao masculino, enquanto o segundo, ao feminino. “Além disso, essas oposições binárias estabelecem hierarquias, já que o primeiro pólo é sempre tomado como referência” (SILVA et al., 2014, p. 4). Por conseguinte, concebe-se que ao se tratar de gênero fica

destacado “o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais” (STEARNS, 2015, p. 11).

Destarte, compreende-se que gênero é uma categoria que define parâmetros nas relações entre os sexos, ou seja, se trata de um pressuposto do que significa ser masculino e ser feminino. Aqui destaca-se que a base biológica por trás do gênero fundamenta estas relações, pois ainda que sejamos seres racionais, conscientes e atuantes em nossa interação com a sociedade, nossa base natural e biológica persiste em fazer-se determinante nas relações de gênero e impõe-se como condição *sine qua non* como justificativa para a opressão sofrida pelas mulheres. Para Lerner (2019, p. 33), “A apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. A transformação dessa capacidade em mercadoria, na verdade, está no alicerce da propriedade privada”.

Esta discussão vai ao encontro das metas de combate às hierarquias e opressões impostas às mulheres, presentes aqui especificamente nas carreiras acadêmicas, conforme estabelecido pelos objetivos da Agenda 2030 da ONU, com a qual a UFMS está comprometida, dando destaque às trajetórias e vivências das mulheres cientistas, viabilizando também maior representatividade às suas vitórias e percalços. Reafirma-se que empoderar as mulheres pela via do conhecimento e combater o preconceito de gênero se faz urgente, pois as desigualdades entre homens e mulheres instituí-se nas práticas sociais e nas narrativas que reforçam a inferiorização ou excluem as mulheres tendo seu sexo como justificativa, ainda que veladamente.

2 METODOLOGIA

Após a realização da Revisão Bibliográfica, procedeu-se ao levantamento, a análise exploratória e a seleção de fontes, para então dar início ao processo de pesquisa de campo. E para o levantamento dos dados empíricos, sentiu-se a necessidade de entender em quais campi ou unidades administrativas as trabalhadoras em educação, sejam elas docentes ou técnicas-administrativas, encontram-se lotadas na UFMS. Assim, foi feita a solicitação de tais informações, primeiramente por meio do sistema de chamados e depois por *e-mail*, junto à Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (AGETIC) da UFMS, que prontamente respondeu com presteza e a contento, disponibilizando as informações solicitadas.

Quanto ao número de participantes, entendidas como mulheres docentes e pesquisadoras e que trabalham na UFMS, houve a pretensão de entrevistar pelo menos 8 (oito) participantes, no entanto, foram realizadas, até o momento, 6 (seis) entrevistas e duas (2) estão previstas para serem gravadas em breve.

Os critérios de inclusão estabelecerão que a agente seja do sexo feminino, que seja docente concursada da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e atuante na pós-graduação. Os critérios de exclusão são o não pertencimento ao quadro da UFMS na condição de efetiva e não atuar na pós-graduação.

Além disso, as pesquisadoras foram selecionadas conforme os critérios pré-estabelecidos junto à Plataforma Brasil, segundo os quais estas deveriam cumprir os seguintes requisitos:

- Serem do sexo feminino;
- Serem professoras efetivas do quadro da UFMS;
- Possuírem vínculo com algum Programa de Pós-graduação da UFMS e atuarem como professoras e pesquisadoras.

Após cumpridos estes requisitos, buscou-se proceder um levantamento das docentes de cada Programa de Pós-Graduação (PPG) e seus endereços de *e-mail* informados nas páginas eletrônicas dos PPG e enviaram-se convites padronizados para a participação em quantidade um pouco superior ao número de agentes pretendidas. Cientes de que nem todas as professoras leriam (pois ocorre de haver grande quantidade de mensagens nas caixas de entrada e algumas mensagens podem ser ignoradas de modo involuntário) ou mesmo não teriam interesse em participar, por motivos diversos. Felizmente várias professoras foram solícitas e responderam com presteza, prontificando-se a agendar a participação.

As entrevistas foram divididas em modo presencial ou *on-line*: quatro (04) de modo presencial e duas (02) via ambiente virtual pelo *Google Meet*, por se tratarem de professoras de outros *campi*, de Aquidauana (CPAQ) e Três Lagoas (CPTL).

As entrevistadas, junto à pesquisadora, definiram os horários mais convenientes, assim como o local, no caso das entrevistas presenciais. A duração variou entre 1 hora e 10 minutos e 2 horas e 20 minutos, todas gravadas com a permissão expressa das agentes, mencionadas sob os codinomes: Antonia, Nísia, Florence, Wangari, Graziela, Edith, Maryam e Helena.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O incentivo a carreira científica e a promoção de um ambiente de equidade de gêneros passa pela valorização e viabilização de projetos, especialmente nas áreas que foram desprivilegiadas e que ainda buscam retomar o fôlego, como as Ciências Humanas. A realidade nua e crua da falta de recursos, perceptível especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais, ainda enquanto um reflexo da desvalorização explicitamente expressa pelo governo federal anterior, mas não apenas, visto tratar-se de uma prática comum e de ordem cultural em nosso país.

Este panorama tem como agravante os determinantes de gênero, pois, diante das múltiplas atribuições e jornadas, constata-se que “[...] as cientistas do sexo feminino quando comparado com os cientistas do sexo masculino, em geral, (a) têm desempenho/produtividade inferior, (b) têm menor acesso aos altos cargos acadêmicos, (c) recebem recursos menores para pesquisa e (d) recebem salários mais baixos” (LETA, 2013, p. 272).

Tal realidade se confirma na fala da participante ²Antonia que relata a dificuldade de acesso a recursos de sua área a qual se associa ao capital social erigido por uma rede de relações sociais durável e útil à manutenção e ampliação dos capitais (DALLABRIDA, 2012), atrelada ao prestígio nas relações sociais/intitucionais estabelecidas politicamente:

Ser cientista na UFMS na minha área de conhecimento é não ter apoio. Não tem apoio nas universidades pra nada. Muito diferente da UFGD. Então na UFGD eu coordenei o Núcleo Africano Brasileiro que tinha orçamento. Então a gente produziu livro, a gente viajou, tinha passagem a diária, inclusive pra técnico que trabalhava comigo. Eu ia viajar, vou levar na secretária, levava estagiário, aí eu geria um valor que não era uma coisa enorme, mas eu tinha participar, desenvolver, apresentar pesquisa, inclusive internacional. Viajei com diária pela UFMS, pela UFGD. Aqui eu acho que é difícil pra todo mundo, não sei se pra outras áreas, mas pra ciências humanas. Educação especificamente, eu vejo que é difícil (ANTONIA, 2023).

O referido fenômeno, na análise da presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Marinalva Oliveira (CAZES, 2012), tem representado a exclusão das ciências humanas pois, segundo ela, “a área sempre é preterida nos editais de financiamento por “não dar lucro”,.

Do mesmo modo, a fala da participante Florence ilustra a preocupação com a efetivação de iniciativas aparentemente voltadas à equidade de gênero que parecem

² Os nomes das participantes foram trocados por codinomes para resguardar suas identidades, por escolha da autora.

representar apenas a adesão a uma tendência global, por influência de órgãos internacionais como a ONU, com vistas a enaltecer a imagem da instituição, correspondendo assim em aparência e não em essência aos princípios e metas da instituição:

Eu acho que as iniciativas são boas, são interessantes mas elas no bojo são elitistas, elas não são completamente verdadeiras, elas estão só seguindo uma tendência de marketing, de um movimento global, e eu não acredito que elas são verdadeiras porque eu vivi de dentro, no seio dela com o próprio reitor uma relação de desigualdade enorme. Eu acho que a universidade precisa olhar para as suas capacidades, e ele tem muitas capacidades, mas enquanto o docente estiver acima, de uma forma vertical a universidade não avança na equidade. o docente é o centro mais até que o aluno e não pode ser, o centro tem que ser o aluno, a sociedade. a gente precisa olhar pras capacidades.(...) e outra, as mulher que ocupam posição elas assumem traços masculinos, visão de trator, de resultado não consegue olhar pras necessidades do outro. Mas não importa, são iniciativas fundamentais e necessárias. Mas mais por um movimento global do que pela verdade da universidade, das relações que são autoritárias, desiguais e fragmentadas e refletem a sociedade que não quer se despojar do seu poder A universidade adere a tudo que possa trazer recurso..(Florence, 2023)

As metas das universidade no tocante ao combate à desigualde de gênero devem ser basilares e voltar-se à promoção de mudanças reais e significativas, conforme o posicionamento da participante Maryam (2023) ao declarar que quaisquer iniciativas, mesmo as atuais, são válidas, no entanto, a universidade necessitaria de um olhar mais proficuo sobre outras ações que impactariam em minúncias das rotinas femininas (visto que se atribui a elas o cuidado geralmente exclusivo com os filhos quanto a saúde e educação), “detalhes” que dificultam ou inviabilizam às servidoras e alunas uma participação mais efetiva nas atividades inerentes à vida acadêmica e profissional de modo mais harmonioso:

Com relação à gênero me parece um pouco isso né que talvez precisa curvar muito a a vara para tentar de fato uma equidade, eu não sei se quando abre um edital específico pra mulheres se isso ajuda, se resolve, porque não sei se o problema é com relação a gente conseguir aprovar projetos a gente precisaria olha a lista de pesquisadores seniores e cnpq, que são bolsa produtividade, quantos são homens quantos são mulheres e tem que olhar a questão da área também, porque algumas áreas é majoritariamente homem, tanto que existe uma intenção do governo federal em incentivar mulheres na área de exatas, acho que tem muita coisa e a gente está mexendo nesse caldeirão. Mas acho que do ponto de vista prático, por exemplo aqui no instituto tem muitas professoras que tem criança pequena e a UFMS não tem uma creche. Um local pra você colocar, deixar. Então eu tive uma aluna que foi para um evento e tinha um espaço kids. Então coisas que vão facilitar - facilitar não que parece que vai tornar fácil- é tornar acessível, são coisas práticas a mulher precisa ter condições. (...) Acho que são coisas práticas que a UFMS deveria fazer. Pras servidoras, pras alunas, pras professoras. Por exemplo, você deve saber, a mulher quando afasta de licença maternidade, ela afasta mas o tempo não para de contar então qual a vantagem? Você teve um neném, você deveria ter seis meses a mais.(Maryam, 2023)

Uma rotina de estudos e/ou trabalho exige concentração e tempo para a dedicação às atividades inerentes, que nem sempre são possíveis em determinadas realidades, como na conciliação com a maternidade, por isso movimentos como o ³“Parent in science” já discutem a parentalidade dentro do universo da ciência no Brasil, com princípios dos quais destacaram-se a melhor divisão de tarefas do lar e no cuidado com os filhos entre os pais e também com a participação da sociedade/comunidade, visto que, na contemporaneidade, elas não dispõem da prerrogativa da co-participação em tais atribuições, como a oferta de creches em seus locais de trabalho, por exemplo.

Além disso, as cientistas que são mães, sofrem com a falta de reconhecimento dos direitos à parentalidade tendo como consequência em discriminação no ambiente universitário, somada à falta de políticas públicas. Neste sentido, iniciativas como o *Parent in Science* tem desenvolvido na sensibilização da sociedade para a situação das pesquisadoras mães, com pesquisas como “Impact of COVID-19 on academic mothers” (STANISCUASKI, (2020).

Tais dados mostram que a maternidade e a idade da criança interferem significativamente na produtividade acadêmica das pesquisadoras e dados como este são fundamentais para estruturar políticas públicas de apoio às mães na área acadêmica, especialmente as mais vulneráveis, pois “(...) a maternidade não deve ser identificada como um problema, mas como direito fundamental da mulher conforme estabelece as prerrogativas de igualdade de gênero dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A promoção de equidade, prevista na Agenda 2030 e ratificada no vigésimo aniversário da Plataforma de Pequim, define o compromisso e a necessidade de se cobrar a ação política e sensibilizar o público, mobilizando a todos ao envolvimento com as diversas áreas de trabalho quanto ao ODS 5: 1. Mulheres e pobreza; 2. Educação e capacitação das mulheres; 3. Mulheres e saúde; 4. Violência contra as mulheres; 5. Mulheres e conflitos armados; 6. Mulheres e economia; 7. Mulheres no poder e na liderança; 8. Mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; 9. Direitos humanos das mulheres; 10. Mulheres e a mídia; 11. Mulheres e meio ambiente e 12. Direitos das meninas.

Na presente investigação, aproximamo-nos dos itens 2-Educação e capacitação das mulheres e 8-Mecanismos institucionais para o avanço das mulheres, fundamentais para que

³ O *Parent in Science* é um movimento que busca promover discussões sobre a parentalidade na academia e na ciência.

se alcancem plenamente as metas propostas e seladas no compromisso da UFMS com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas em março do presente ano. Para tanto, a UFMS conta com cinco projetos cadastrados e mais de 64,5 mil atendimentos, efetivando-se como uma das seis instituições federais certificadas sendo a pioneira de Mato Grosso do Sul, conforme matéria intitulada “Selo ODS Educação reconhece compromisso da UFMS com Agenda 2030, no site da instituição” (UFMS, 2023).

Destarte, a instituição desenvolve o Programa Sou Mulher UFMS, que “visa proporcionar um ambiente propício para que as mulheres se desenvolvam no trabalho e no estudo, sem enfrentar os riscos e desafios impostos pelo fato de serem do sexo feminino” (UFMS, 2023, p. 1). O referido Programa iniciou-se no ano de 2021, associado ao Programa *Se Cuide, te amo – Uma Ação do Coração da UFMS* agrupando as políticas, práticas e ações voltadas às mulheres da Universidade. A proposta inicial surgiu embasada nas ações do Comitê de Gestão de Inclusão, Internacionalização e Ações Afirmativas da PROAES/UFMS (Pró-reitoria de assistência estudantil), com vistas a atuar em diferentes áreas de atendimento, conhecimento e valorização das mulheres da comunidade acadêmica.

Depreende-se que, para obter êxito, iniciativas como a Agenda 2030 deverão promover, junto às instituições parceiras, a equidade e o letramento de gênero, aprofundando a conscientização, especialmente das mulheres, quanto ao seu lugar de direito, suas potencialidades e suas perspectivas na ciência, em especial, adotando o viés dos estudos de gênero/ feministas.

3.1 Mulheres no campo da ciência

Para se discutir sobre como as mulheres se inserem no campo científico, é fundamental que seja colocada em pauta a existência de uma configuração por meio de crenças e valores culturais, enquanto um arbitrário já estabelecido em nossa estrutura social, segundo o qual assume-se a existência de dois papéis indissociáveis do feminino: carreira e vida pessoal. (MOTTA, 2023).

No tocante aos papéis atribuídos ao feminino, Tanuri (2000, p. 66) discorre sobre eles em seu artigo intitulado “História da formação de professores”, quando resgata aspectos relativos à inserção das mulheres na docência, no final do século XIX. Assim, analisa o surgimento das escolas normais femininas, destacando que ali já estavam visíveis os

mecanismos de exclusão da mulher desde a escola primária, com a redução de seus currículos e a ênfase nos trabalhos domésticos para as meninas.

Neste período, as escolas normais se tornaram acessíveis às mulheres, e assim “Já se delineava nos últimos anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro” (TANURI, 2000, p. 66) elucidando que sua atuação na educação era a continuidade da educação iniciada no âmbito doméstico e do papel cumprido como mãe.

Destaca-se outro aspecto ao focar a conveniência destas atribuições à mulher foi o fato de que representavam a “solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração” (TANURI, 2000, p. 66).

Mesmo nos dias de hoje, a formação intitulada de “socialização secundária do sujeito” (MOTTA, 2023, p. 33), delineia a desigualdade de gênero imposta às mulheres, a qual se estende à vida profissional, preparando a mulher para compreender os campos “permitidos” de atuação para este gênero assim como os impactos de sua atuação em relação aos seus educandos e educandas.

Para Catani et al (1993) , existe uma “visão feminizante do mundo”, pois segundo o texto “Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores” evidenciam-se as marcas indicatórias de gênero impostas à psique das crianças e assim revela-se não apenas a necessidade do letramento de gênero destas profissionais durante a formação, mas a reafirmação em possíveis formações continuadas, visando a conscientização e a sensibilização dos profissionais sobre o reflexo de suas condutas e discursos sobre o auto engendramento (especialmente quanto aos papéis sexuais de gênero impostos), discutido pelas autoras no referido artigo.

Ainda que o senso comum estabeleça que, na contemporaneidade, não existem barreiras que inviabilizem a atuação feminina em quaisquer carreiras (ao menos não visíveis), requisitos não listados como condição para a ascensão a cargos de liderança são desconsiderados e vão além do desempenho específico das tarefas cotidianas, “abrangendo a necessidade de se travar e manter relações políticas no interior da instituição.” (KLANOVICZ et al. 2014, p. 3). Tais requisitos extra oficiais refletem-se no baixo número de mulheres cientistas que têm assumido altos cargos de liderança nas instituições evidenciando a segregação vertical de gênero no campo de trabalho.

Somando-se aos requisitos listados, também paira sobre a carreira da mulher no campo da ciência representações sobre as “limitações” da mulher, como possíveis

dificuldades com aspectos de objetividade, neutralidade e racionalidade da ciência, somando-se baixa produção acadêmica sobre a relação gênero e ciência (COSTA, 2006).

Alguns autores acenam ainda com uma possibilidade, pouco aventada, em contraponto ao “modelo masculino de sucesso acadêmico” revelando o esboço de outro modelo possível, que não imponha o “compromisso de tempo integral ao trabalho científico e relações academicamente competitivas com seus pares”. Assim o modelo proposto “tem-se denominado “feminino”, já que se trata de cultivar também a vida privada, esta de responsabilidade das mulheres (filhos, família).” (COSTA, 2006, p. 458).

De Negri, pesquisadora do IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada), afirma que é necessário o compromisso de toda a sociedade por meio de “Campanhas educativas para estimular as meninas a se tornarem cientistas e discutir o viés inconsciente em processos seletivos são exemplos de iniciativas em andamento no Brasil que são bem-vindas.” (BRASIL, 2020, p. 1), e assim, traz à baila a visibilidade das mulheres na ciência e o desafio de aumentar sua representatividade em diferentes áreas do conhecimento no Brasil, propondo que se fomente a necessidade da discussão, capaz de superar essa invisibilidade.

Mais que a necessidade de terem suas existências e feitos lembrados e descritos, Michelle Perrot, em suas obras “Minha história das mulheres” e “As mulheres ou os silêncios da história”, apresenta a necessidade de que as próprias mulheres registrem sua perspectiva da história, considerando-se que:

[...] subsistem [...] muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 9).

Para além das rainhas, heroínas ou santas, esta autora reflete também sobre as mulheres em geral, cuja participação na história não foi sequer cogitada, visto que seus diários, autobiografias e cartas não puderam contribuir enquanto fontes históricas e sua marca acabou apagando-se, sendo destruída e desconsiderada (PERROT, 2015).

Acredita-se que vai além da ideia expressa no ditado popular “não sabendo que era impossível, foi lá e fez”, pois a invisibilidade histórica das mulheres produz uma realidade em que a mulher, não sabendo sobre os feitos e vivências de outras mulheres, duvida que possa realizar e duvida que haja relevância em seu sentir, em seu fazer e em seu pensar.

3.2 O conceito de campo na teoria bourdieusiana

Em busca de compreender o conceito de campo em Bourdieu, fundamentalmente o definimos como um ambiente de disputas entre os agentes que, de acordo com seu *status*, buscam ascender ou manter sua posição, como a academia.

Para este autor, a sociologia, berço da construção destes conceitos, está atrelada inerentemente às lutas, hierarquias, busca por de poder, onde se revelam conflitos a serem investigados e compreendidos. Cabe a quem pesquisa, desta forma, a construção de um objeto nítido e revelador, ainda que tal desnudamento contenha amarras quanto aos interesses envolvidos na própria gênese das instituições.

Bourdieu reitera o elo de lealdade existente entre a compreensão da realidade social do indivíduo, definindo-se a partir daí a identificação com as várias teorias. No entanto, o autor se opõe a polaridades quando se confrontam as perspectivas estruturalista e fenomenologista em busca de tornar possível uma intersecção ou ainda uma análise, visto que Bourdieu identificava como inviáveis quaisquer conclusões taxativas (BOURDIEU, 1994).

Perante a complexidade da realidade social, o autor estabelece conceitos como o conceito de campo enquanto uma estrutura, que pode apresentar certa rigidez quanto as suas regras, mas que se flexibiliza de acordo com suas características e finalidades, pois são vários os campos possíveis como o da política, o da religião, da ciência ou da arte.

Assim, para Bourdieu (2004, p. 23-24), apenas é possível compreender “o que diz ou faz um agente engajado num campo [...] se estamos em condição de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos ‘de onde ele fala’”. Isto significa que aquele que já está estabelecido em determinado campo vai atuar no sentido de promover a manutenção de seu *status*, já aquele que almeja posição semelhante, buscam reverter as posições daquele tabuleiro, mas as quais regras todos devem submeter-se é um consenso e cooperação, não obstante haja diferenças e disputas entre os agentes.

Para que o campo subsista, precisa ser retroalimentado pela crença no valor que está em disputa, sejam os aspirantes ou os mais experientes, atentos as bases fundamentais para funcionamento do jogo. A dança das cadeiras que pode ocorrer na movimentação dos agentes, chamada subversão obedece aos limites impostos pelas características inerentes àquele campo quanto às regras, em conformidade com a sociedade em que se insere..

3.2.1 O campo científico

Especialmente no tocante ao campo científico, as posições iniciais dos agentes, ou seja, as condições em que se atuará neste campo não se estabelecem ao ingressar no mesmo, mas em uma trajetória anterior, em sua vida escolar, por exemplo, cuja apreciação definirá sua posição no presente campo.

Trata-se de avaliar a predisposição para reafirmar um compromisso que ocorreu nas ações investidas para inserção naquele campo, como a prévia realização de cursos ou treinamentos e produções científicas. Além de se reafirmar o aceite das regras do campo científico, tais análises prévias permitem afiançar a disposição e até a subordinação para reiteradamente legitimá-las e jogar de acordo com seus pressupostos.

Ocorre uma tendência por parte dos detentores da autoridade científica que estes mobilizem mecanismos de conservação, em oposição aos principiantes, visto que ambos enaltecem o valor daquele jogo, o que acarreta em sua reprodução e perpetuação. Os valores almejados referem-se normalmente, mas não exclusivamente, a bens simbólicos, como, neste caso, o reconhecimento e a reputação, sendo estes dificilmente transferíveis.

Bourdieu (1983a, p. 13) introduz um elemento relativo à comunicação no campo, a qual marca posições as quais estabelecem quem fala e quem escuta, sendo assim a fala é empunhada pelo detentor do poder, ou que se define enquanto “detentor da palavra” e a palavra aqui é indissociável da autoridade e da legitimidade. Cumpre-nos desenvolver os dois aspectos essenciais destes lugares ocupados por quem adquiriu o direito e o prestígio para tal: o reconhecimento dispensado a alguns discursos e feitos e a construção deste prestígio.

Bourdieu (1983b, p. 122) também traz contribuições na compreensão do campo científico enquanto “[...] sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) [...]” tornando mais clara a compreensão de que o reconhecimento destinado a alguns atores do campo dizem respeito a disputa da autoridade científica, enquanto sinônimo de excelência no tocante à capacidade técnica e posse de capital social significativo.

O ambiente acadêmico tem sua imagem socialmente idealizada, segundo a qual ali circulam apenas indivíduos que baseiam suas práticas motivados pelo bem da ciência, de modo desinteressado e impessoal, ou seja, um *lócus* estéril e purificado unicamente pela busca do desenvolvimento científico em que aquele que se destaca corresponde a ideia de

distinção em excelência técnica, quando na verdade este ambiente estará sempre “contaminado” pelos conflitos políticos dos que almejam a dominação científica.

As instituições de ensino superior são instâncias estruturadas pela sociedade com o objetivo de, sistematicamente, possibilitarem a apropriação de um conhecimento científico, a compreensão de seus modos de organização e o desenvolvimento do pensamento crítico/autônomo para transformação e desenvolvimento social e individual e, especialmente, no caso da presente investigação em que se baseia este artigo, evidencia-se a configuração da universidade enquanto um campo cuja dinâmica tende ao alinhamento com as questões de gênero infra-estruturais, paralelamente à valorização das mulheres cientistas que ali desenvolvem suas pesquisas nos diversos ramos da ciência, inclusive sob o viés dos estudos feministas.

3.3 Gênero no campo científico: desafios de se desenvolver estudos feministas

A partir da investigação de Olinto et al. (2014, p.2) observa-se que as pesquisas que se propõe a desencadear reflexões e dados sobre as distinções de gênero no campo científico identificam que as mulheres são, majoritariamente, direcionadas a tarefas acadêmicas pouco valorizadas, “especialmente aquelas que refletem mais de perto o capital científico puro (como trabalhos em congressos e artigos em periódicos), mas também o capital científico institucionalizado (liderança de projetos de pesquisa e participação em bancas)” (OLINTO et al.. 2014) sem que haja um decréscimo refletido em sua produtividade.

Pressupõe-se assim, que as mulheres não deixam de produzir ou de demonstrar resultados tão ou mais satisfatórios quando aferido o desempenho por meio da análise de índices de produção, mas cumpre-nos identificar a que preço ela obtém tal desempenho, ao verificarmos as condições em que as mulheres desempenham quaisquer tarefas a que se proponham, na ciência ou outra carreira.

Quando se pretende desvelar a constituição dos habitus de mulheres cientistas, em comparação com mulheres de classe social menos favorecida, sem acesso à educação formal ou que não concluíram os estudos básicos, convém ressaltar que em ambos os casos a socialização imposta as equipara, pois muitas das opressões sofridas por elas são semelhantes, como a representação de que suportar adversidades além de suas condições seja algo inerente ao seu sexo, ressaltando a relevância do olhar do feminismo interseccional.

Na pesquisa de Coelho *et al.* (2016) sobre como se estabelece o reconhecimento do trabalho e seus sentidos na percepção de mulheres recicladoras de uma cooperativa de reciclagem, tal aproximação é ressaltada, pois:

O conteúdo da fala mostra que as mulheres construíram uma simbologia para si enquanto trabalhadoras: a de supermulher. Essa simbologia está relacionada ao esforço físico e às superações diárias em um trabalho braçal, o que faz com que elas sintam que “valem por dez homens”. Essa concepção faz parte da construção do sentido do trabalho. (COELHO *et al.*, 2016, p.6)

Para as agentes da referida pesquisa, a “mulher-guerreira” representa a mulher que trabalha e a quem se atribuiu a responsabilidade pelo comando e sustento da família, muitas vezes em famílias mononucleares em que a mesma é “mãe solo”, de quem se espera resiliência e resignação incessantes. Também existe a pecha de “mulher-homem” que aproxima o masculino ao feminino, sendo que o primeiro representa a força, o comando, a resistência; e, nesta circunstância, acredita-se que as mulheres assemelham-se “à representação social do masculino para simbolizarem o conjunto de suas qualidades que consideram próximas ao viril.” (COELHO *et al.*, 2016, p.7)

Tratando de uma realidade social diversa das mulheres acima citadas, Ferrari (2019, p.59) discorre sobre o tema “mulheres na ciência”, onde menciona obras relacionadas ao tema, as quais relatam um pouco da história das “fortes desbravadoras” as quais, ainda que aparentemente tenham experiências discrepantes, pois oriundas de realidades representativas de pólos opostos socialmente, observa-se a aproximação das mentalidades destas mulheres, visto que aquelas que se encontram em condição mais privilegiada também relataram em suas entrevistas, segundo Ferrari (2019, p.59) “suas jornadas *duplas ou triplas* cuidando de suas casas e filhos. Ou seja, verdadeiras guerreiras que orgulham nosso país” (grifo nosso).

Deste modo, destaca-se que apesar dos avanços e da evidente competência demonstrada pelas mulheres em muitos campos profissionais, aqui em destaque o desempenho na ciência brasileira, a desigualdade de gênero ainda é consideravelmente expressiva quanto às condições de vida e trabalho e quanto à conscientização das mulheres em relação a sua situação de opressão e desigualdade de condições em relação ao homem e mesmo entre as mulheres mais empoderadas economicamente e as que não contam com as mesmas condições quanto ao acesso a recursos básicos de subsistência, educação e demais garantias fundamentais, contempladas pelo feminismo inteseccional.

Ante às barreiras encontradas pelas limitações e entraves impostos aos indivíduos do sexo feminino (imposição de múltiplas jornadas, por exemplo), conseqüentemente os avanços e êxitos serão mais árduos, mas a promessa ou perspectiva de reconhecimento e legitimidade as impulsionam a dedicar-se ao campo acadêmico e submeter-se às suas regras, imposições e opressões, oficiais ou nas entrelinhas.

3.4 Sobre a Agenda 2030 ONU e as ações a ela atreladas na UFMS

As metas da Agenda 2030 tem se tornado inquietante diante da complexidade da temática, da multiplicidade de realidades distintas de cada Estado e das ações necessárias para seu êxito. Isto posto, pesquisas como “A Agenda 2030 da ONU e a busca pela igualdade de gênero” (SOUSA, 2018) alude à realização da “Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, em 2010, congresso que intencionou o acompanhamento do andamento da implementação dos ODM, quando os dirigentes se mostraram preocupados com a morosidade observada na realização de tais objetivos, estabelecendo assim as medidas, ações e estratégias mais adequadas para estimular seu êxito.

Ressalta-se a imprescindibilidade do ODM (Objetivo de Desenvolvimento do Milênio) de número 3 – Promover a Igualdade entre os Gêneros e o Empoderamento da Mulher, foram cogitadas medidas para assegurar o acesso à educação e à escolarização efetiva de meninas e mulheres, assim como a criação de políticas que promovem a capacitação de qualidade e formação profissional, técnica e empresarial para mulheres, em especial para aquelas de classes sociais mais baixas, visando também a eliminação das diferenças salariais entre homens e mulheres, com o reconhecimento do trabalho não remunerado da mulher (doméstico e de cuidado de pessoas).

Não menos importante, para a discussão sobre a sobrecarga de funções das mulheres, atrelada aos papéis sexuais de gênero, Sousa (2018) retoma aspectos da “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (1979), artigo 5, parágrafo b, que ressalta o compromisso dos Estados Partes em assegurar que a educação familiar contemple a assimilação de que a maternidade é uma função social, assim como a admissão e aceitação de que a educação e ao desenvolvimento de seus filhos é de responsabilidade comum a homens e mulheres, reafirmando questões como a múltipla jornada a qual as mulheres estão submetidas ao se atribuir exclusivamente a elas tais tarefas e responsabilidades, prática culturalmente naturalizada e que não só sobrecarrega como

impede uma atuação em iguais condições em relação aos homens, no campo profissional e acadêmico.

4 CONCLUSÃO

O saber científico, tomado como objetivo e universal, determina sua concepção do que é natureza humana e, o que se considera universal, é produto de um recorte sócio-histórico, sem abarcar a perspectiva dos dominados e as peculiaridades dos papéis de gênero, daí a necessidade, proposta por tendências feministas, do desenvolvimento de uma ciência feminista.

É notório que a ciência e tecnologia são, no contexto atual, de predomínio masculino, e nesta conjuntura, é fundamental compreender tais diferenças reconhecendo as opressões e a hierarquização de gênero que determinam, em sua carreira, diferentes cargas de dedicação e abdicação entre homens e mulheres .

Bourdieu traz a noção de *illusio* impelindo à necessidade de investimento, o qual se origina na composição e adequação dos habitus, podendo introduzir a noção de libido social. O conceito de habitus em Bourdieu engloba a noção de traços de formação do interesse e do investimento do indivíduo no mundo através da orientação libidinal nos campos de atuação.

A formação do sujeito através de processos sócio-psicológicos na definição de objetos-libidinais possibilita a formação do habitus, convertendo o mundo concreto em habitus individual. Deste modo, compreende-se que a “*Illusio* [...] é estar envolvido, é investir nos alvos que existem em certo jogo, [...] e que apenas existem para as pessoas que, presas ao jogo”, e então, “Podemos assim recorrer à palavra investimento, em seu duplo sentido, psicanalítico e econômico” (BOURDIEU, 2011, p. 140).

Se tomarmos a *A illusio* é um jogo social calcado na distinção, recuperaremos aspectos primordiais das diferenças estabelecidas pela sociedade patriarcal, recuperando o conceito de alteridade ou o outro, trazemos à luz a configuração que localiza o eu centralizado – o masculino – e outro, representado pela mulher, aquele que é, e aquela que existe *a partir daquele que é*, por suas diferenças.

Observou-se em nossas análises, por conseguinte, que não se trata apenas da distinção intelectual, social ou econômica que uma carreira em educação e pesquisa científica acarreta, trata-se de reconhecimento como merecedora de algum valor, alguma credibilidade e autoridade frente aos demais.

Para as mulheres, em especial, a academia representa a permissão para existir, a licença para ser enxergada e reconhecida, que só é possível pela lente das instituições que conferem legitimidade aos discursos quando “conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa” (Bourdieu 1996:106), e portanto, compõe a *illusio*, justificando a motivação para se compor o jogo em cujas normas investirá sua energia libidinal.

Em A dominação masculina, Pierre Bourdieu (1998) aborda a questão da dominação do masculino sobre o feminino, discutindo a lógica contraditória da dominação masculina, referindo-se às trocas simbólicas nas relações, conjuntura que compõe a estrutura social, determinando às mulheres seu status social de subordinada, conforme os interesses masculinos, e condenada a contribuir para a perpetuação do capital simbólico dos homens.

Para Francisco (2014) a figura do feminino é descrita historicamente por aquele que não pode representá-la: o masculino, pois há pouca representatividade das mulheres como pensadoras, o que garante que o domínio e o uso da razão seria exclusividade dos homens, restando às mulheres a pecha de serem “governadas pelos instintos, sentimentos e paixões, portanto, suas ‘razões’ não seriam de um nível adequado” (FRANCISCO, 2014, p.43).

Para dissipar tais crenças, que ainda hoje persistem quanto a uma suposta natureza feminina estigmatizada, argumenta-se que a relevância e a urgência de uma presença da mulher no campo científico não deva se limitar ao aumento quantitativo, mas que seja ela mesma objeto de suas investigações, por suas próprias impressões, ou seja, “Uma leitura do feminino deve partir dele próprio, porque os discursos alimentam o falocentrismo, que fala da origem do feminino através do masculino” (FRANCISCO, 2014, p.58).

A busca da distinção, prometida pela *illusio* da academia, impõe às mulheres muitas concessões e renúncias e tem como consequência “[...]o uso de máscaras e a constatação de que ao usar a própria feminilidade, até como recurso de enfrentamento de uma realidade desfavorável, deixaria a mulher de ser, genuinamente, o Outro (FRANCISCO, 2014,p.61). A mulher ainda é *o outro* em nossa sociedade masculina, assim como no campo científico, realidade a ser amplamente questionada e as idealizações quanto ao referido campo, desconstruídas.

Tal desconstrução é primordial em um mundo onde o conhecimento, a ciência e a tecnologia ocupam um espaço e um papel fundamentais, a Educação Superior se configura em uma peça chave para o desenvolvimento social, a geração e distribuição das riquezas (MOROSINI et al., 2021). Assim, a questão do desenvolvimento sustentável, os princípios

que remetem à ética do bem comum e a promoção de princípios e valores, estimulando ações no sentido da viabilização de sociedades sustentáveis, prescindem da construção de IES inclusivas e que coadunem com esses objetivos. Principalmente no tocante à equidade, a formação humana que se alicerça na universidade, a qual necessita garantir o acesso ao conhecimento sistematizado historicamente, à consciência de classe e das opressões sofridas, à valorização da (própria) cultura e ao trabalho.

Destarte, para uma melhor compreensão das desigualdades referentes à inconsistência de acesso aos bens socialmente produzidos urge a reestruturação consciente de IES, tornando-se promotoras de ações efetivas, com demandas manifestas a partir de canais acessíveis e ambientes prolífico de discussões e sensibilização sobre a equidade de gênero *na prática*, visando maior adesão e participação crítica quanto à iniciativas necessárias.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183-191

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983b.

_____. **Esboço de uma Teoria da Prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). A sociologia de Pierre Bourdieu, São Paulo: Editora Ática, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1994.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

_____. **Usos sociais da ciência**. Unesp, 2004.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BUENO, Leticia. **Programa Sou Mulher UFMS promove igualdade de gênero na instituição**. 2021. Disponível em: <https://dides.ufms.br/programa-sou-mulher-ufms-promove-igualdade-de-genero-na-instituicao/> Acesso em: 30/06/2023.

CATANI, Denice Barbara, et al. **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. In: **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. p. 110-110.2000.

CAZES, Leonardo. Ciências Humanas sem vez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/ciencias-humanas-sem-vez-7121547> Data do acesso: 15 de setembro de 2023.

COELHO, Alexa Pupiara Flores et al. **Mulher-guerreira, mulher-homem: reconhecimento do trabalho e seus sentidos na percepção de mulheres recicladoras.** Texto & Contexto-Enfermagem, v. 25, 2016.

COSTA, Maria Conceição da. **Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência.** 2006.

DALLABRIDA, Norberto. **Usos sociais da Cultura Escolar Prescrita no Ensino Secundário.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, p. 167-192, 2012.

FERRARI, Lilian Pereira. **Mulheres na Ciência.** Revista Expressão, v. 8, n. 1, 2019.

FRANCISCO, Arlete Maria. **A mulher como "o outro": gênero, violência, ética e alteridade.** 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução de Luiza Serella. São Paulo: Cultrix, 2019

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso.** Estudos avançados, v. 17, p. 271-284, 2003.

MOTTA, Janayna; et al **Mulheres na ciência: Uma análise sistematizada dos artigos científicos publicados no Brasil pós-década de 1990.** Revista Contexto & Educação, 2023, 38.120: e12213-e12213.

OLINTO, Gilda et al. **Gênero, geração e tarefas acadêmicas.** 2014.

PERROT, Michele. **Minha História Das Mulheres.** Editora Contexto. 2015.

ROCHA, Mylena. **Selo ODS Educação reconhece compromisso da UFMS com Agenda 2030.** Disponível em: <https://www.ufms.br/selo-ods-educacao-reconhece-compromisso-da-ufms-com-agenda-2030/> Data do acesso: 17 de setembro de 2023.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. **Des-construindo gênero em ciência e tecnologia.** Cadernos pagu, n. 10, p. 7-20, 1998.

SILVA, Julia Dionisio Cavalcante da. **Mulheres e ciência: a trajetória de mulheres cientistas do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da UFRRJ.** 2015.

SOUSA, Taís Barboza Corrêa de. (2018). **A agenda 2030 da ONU e a busca pela igualdade de gênero.** Universidade de Brasília. Brasília. 2018.

STANISCUASKI Fernanda et al. **Impact of COVID-19 on academic mothers.** Science 2020; 368:724.

STEARNS, Peter. **A história das relações de gênero, histórias em construção.** Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** Revista brasileira de educação, n. 14, p. 61-88, 2000.

TATAGIBA, Luciana Ferreira et al. **Cientistas brasileiras em movimento.** *Cadernos de Saúde Pública*, 2022, 38.